

Local: Cáritas - Londrina – PR

Data: 12 de abril de 2016

Horário: 08h00 horas (1ª convocação) - 08h30 (2ª convocação)

1 No décimo segundo dia do mês de abril de dois mil e dezesseis foi realizada reunião
2 ordinária do Conselho Municipal de Assistência Social na **Cáritas Arquidiocesana de**
3 **Londrina**, sito Rua Dom Bosco, 145 – Jd. Dom Bosco, Londrina – PR. Os participantes
4 desta reunião foram registrados em lista de presença devidamente assinada e arquivada.
5 A reunião é iniciada pela presidente em exercício Tércia Lamônica de Oliveira em segunda
6 chamada, às 08h40min. **1.Apresentação e aprovação da pauta** – Tércia inicia a reunião
7 com a aprovação de pauta com a inclusão de mais um ponto, que se trata do **Plano de**
8 **Ação 2016 referente ao cofinanciamento anual do Fundo Estadual de Assistência Social**
9 **para os Serviços de Acolhimento Institucional para população adulta em situação de**
10 **rua**. A pauta é aprovada com os seguintes pontos: **1. Apresentação e aprovação da**
11 **pauta; 2. Recomposição das Comissões; 3. Indicação de um representante do CMAS**
12 **para acompanhamento da Casa de Maria; 4. Relato da Comissão de Eleição**
13 **Complementar; 5. Relato da Comissão de Fundo sobre estudo realizado em parceria**
14 **com Comissão de Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos e Comissão de**
15 **Gestão de Benefícios; 6. Relato da Comissão de Análise e Acompanhamento acerca do**
16 **estabelecimento de metodologia de trabalho; 7. Relato de outras Comissões; 8.**
17 **Informes; 9.Outros. 2. Recomposição das Comissões** – Após a aprovação da pauta é
18 discutida a recomposição das comissões. Tércia mostra a composição das comissões e
19 rapidamente fala do trabalho realizado por cada uma delas. Vários conselheiros e
20 colaboradores são elencados para participar das comissões de trabalho. Encaminha-se
21 que a comissão eleitoral (provisória) trabalhe para que as eleições complementares
22 sejam realizadas o mais breve possível. Sugere-se que o regimento seja seguido e
23 considere-se as faltas dos Conselheiros, tanto governamentais quando não
24 governamentais, para que estas vacâncias sejam preenchidas. Eva sugere que as vagas
25 de Conselheiro Titular e Suplente sejam da mesma secretaria para que seja mais fácil o
26 contato quando o titular não possa comparecer. Sandra Nishimura coloca que o objetivo
27 quando foi realizado foi o de ter mais secretarias participando deste Conselho. Marcia
28 coloca a necessidade de se cobrar a presença de determinadas Secretarias que não
29 participam das reuniões, mas que se deve reconhecer as que tem feito um esforço maior
30 para participar de todas as atividades deste Conselho. Tércia coloca que após as eleições
31 complementares novamente se discutirá a recomposição das comissões. Marcia
32 questiona a participação, por exemplo, dos Trabalhadores na composição deste
33 Conselho e se este Conselho não poderia emitir uma resolução buscando essa
34 participação. Gisele esclarece que foi aprovada na última conferência nacional a

Ata Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS

35 alteração da Lei Federal para composição quadripartite dos conselhos, mas, que sem a
36 alteração da LOAS isso não pode ser feito no âmbito municipal. Tércia informa que há
37 uma alteração da Lei Municipal que deve ter suas discussões retomadas, incluindo esta
38 demanda. Gisele informa que a Comissão de Legislação está trabalhando no momento
39 com o Regimento Interno deste Conselho, que precisa ser revisto. A ausência da Maysa,
40 que está em férias, precisa ser considerada. Ivana registra a preocupação com a transição
41 deste Conselho. Marcia Valim sugere que seja organizada uma comissão de transição
42 com este fim. Tércia sugere que se deixe essa composição para ser feita após as eleições
43 complementares. São providências a serem tomadas: manter o trabalho da Instância de
44 Controle Social - **ICS** até a transição definitiva; intensificar o trabalho da Comissão de
45 Legislação para organizar o Regimento Interno - **RI**; montar um Grupo de Trabalho (**GT**)
46 de transição, e aproximar o trabalho da Comissão de Fundo quanto a questão dos
47 recursos do IGD Bolsa Família. Tércia propõe que a Instância volte a trabalhar com a
48 representação dos demais Conselhos até que a Comissão de Legislação reveja esta
49 questão e traga uma nova proposta. Marcia Valim se propõe a deixar algumas das
50 comissões em que participa para também compor a Instância de Controle Social.
51 Esgotado este assunto, passa-se ao seguinte ponto de pauta **3. Indicação de um**
52 **representante do CMAS para acompanhamento da Casa de Maria** – Alisson Poças está
53 presente nesta reunião representando a Casa de Maria. Tércia lê o ofício e informa que
54 a SMAS está indicando a formação de uma comissão provisória para acompanhar os
55 desdobramentos deste caso. Solicita também que um membro deste Conselho faça parte
56 desta Comissão. Jeniffer e Luana se dispõem a participar desta Comissão. Alisson pede a
57 palavra para registrar as dificuldades enfrentadas pela entidade Casa de Maria neste
58 reordenamento. Tércia informa que nas oportunidades que surgem junto ao Ministério
59 Público e Poder Judiciário tem falado da importância da Rede de Atendimento. Tércia
60 informa que o CMDCA também deverá ter representação nesta Comissão e solicita que
61 Luana represente este Conselho no momento em que esta discussão for acontecer
62 naquele Conselho. **4. Relato da Comissão de Eleição Complementar** – Tércia passa a
63 palavra para Sandra Nishimura, que relata o trabalho desenvolvido por esta Comissão.
64 Sandra apresenta uma minuta do edital. Fica pendente apenas o endereço devido à
65 mudança da SMAS. Os demais pontos são aprovados, conseqüentemente o Edital está
66 fechado e aprovado por este Conselho. Esgotado este ponto de pauta, Tércia passa a
67 palavra para Gisele Tavares, que passa a apresentar o ponto **Plano de Ação 2016**
68 **referente ao cofinanciamento anual do Fundo Estadual de Assistência Social para os**
69 **Serviços de Acolhimento Institucional para população adulta em situação de rua no**
70 **município de Londrina** – Gisele solicita um parecer deste Conselho para que se dê o
71 devido encaminhamento. Marcia propõe que neste parecer se coloque as especificidades
72 do Município de Londrina, especialmente o número de vagas e atendimento de pessoas

Ata Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS

73 em trânsito no acolhimento para pessoas em situação de rua. Gisele ressalta que se deve
74 dar o devido valor a esse cofinanciamento, mas que há de se manifestar a necessidade
75 de ampliação destes valores, que serão repassados para as entidades que executam este
76 serviço. Levando-se em conta as considerações feitas por este Conselho, o parecer é
77 favorável ao plano de ação apresentado. **5. Relato da Comissão de Fundo sobre estudo**
78 **realizado em parceria com Comissão de Serviços de Convivência e Fortalecimento de**
79 **Vínculos e Comissão de Gestão de Benefícios** – Tércia contextualiza rapidamente os
80 Conselheiros sobre este assunto e passa a palavra para Marcia Valim, que passa a relatar
81 o trabalho realizado por esta Comissão. Tércia registra que as fortes chuvas ocorridas em
82 Londrina no mês de janeiro fizeram que aumentassem os gastos não previstos, sendo
83 este um dos fatores que levou ao contingenciamento vigente e esclarece a composição
84 do Orçamento do Município de Londrina e, que os problemas enfrentados no momento,
85 não são devidos a falta de orçamento, mas da insuficiência financeira, pois a projeção de
86 receitas feita para o planejamento orçamentário não está se confirmando através da
87 arrecadação. Marcia coloca que este acompanhamento está sendo feito e que em nível
88 Federal os repasses não estão sendo realizados sistematicamente e que em nível
89 municipal isso também corrobora com a limitação dos recursos financeiros. Marcia
90 registra que o quadro poderá ser de cortes nos serviços. Tércia coloca que vem sendo
91 realizado um grande esforço no sentido de evitar prejuízo no atendimento. Tércia e
92 Marcia fazem uma explanação geral sobre o que vem ocorrendo e quais seriam as
93 alternativas a serem adotadas. Gisele lembra que em breve deveremos realizar a
94 projeção orçamentária para 2017 e isso já deve ser pensado. Marcia coloca que
95 deveremos assegurar que o orçamento de 2016 deve priorizar o atendimento básico. Eva
96 faz alguns esclarecimentos sobre como é composto o Orçamento do Município. Vários
97 pontos são debatidos sobre a situação atual e das possibilidades de enfrentar estes
98 problemas. Tércia coloca que deverá ser feito um acompanhamento sistemático desta
99 situação e que a deliberação deste Conselho deverá garantir o atendimento. Tércia
100 lembra que no ano passado havia atraso de repasses de recursos federais, mas que havia
101 um superávit nas contas do Fundo Municipal de Assistência Social, o que fez com que
102 viabilizasse os serviços naquele momento. Este ano também há de se fazer uma cobrança
103 dos recursos federais em atraso e se fazer uma gestão em nível municipal. **Deliberação**
104 – diante deste contexto de contingenciamento que comprometeu a disponibilidade de
105 recursos orçados para contratos e que inicialmente poderiam ser remanejados a partir
106 do reordenamento dos serviços de convivência prestados pelo PROVOPAR, a proposta
107 das comissões é de destinação de 50% dos recursos para benefícios e 50% para serviço
108 de convivência quando os mesmos estiverem disponíveis. Deliberou-se ainda pelos
109 encaminhamentos de ofícios para o Município e Governo Federal. Marcia informa que
110 há um superávit de repasse federal, que não é recurso continuado, que pode ser utilizado

Ata Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS

111 para atender parcialmente a situação até que a situação financeira do município se
112 altere. O valor é de pouco mais de R\$ 203.246,40. **Encaminhamento** – Aprovar o aporte
113 para as metas de menor valor de cofinanciamento municipal para o serviço de
114 convivência. **6. Relato da Comissão de Análise e Acompanhamento acerca do**
115 **estabelecimento de metodologia de trabalho** – Tércia solicita informações sobre este
116 trabalho. Simone coloca que houve um desencontro da reunião, e Ivana coloca que há
117 um trabalho sendo realizado por poucas pessoas, que estão procurando trabalhar de
118 forma objetiva. Luana pergunta se o instrumento continuará o mesmo tendo sido
119 confirmado a manutenção. Também é informado que as entidades devem ter recebido
120 estas informações. Tércia solicita que na próxima reunião seja feito um relato completo
121 deste trabalho para verificar se haverá necessidade de reforço ou mutirão para que este
122 trabalho se dê a contento. **7. Relato de outras Comissões** – Tércia abre espaço para relato
123 de outras comissões. Gisele solicita novamente que se aguarde o retorno da Maysa para
124 retomada dos trabalhos da Comissão de Legislação. Marcia Valim, pela Comissão de
125 Fundo, relata que há entidades que fizeram devolução de recursos e que isto deve ser
126 analisado para entendimento dos ocorridos. As entidades devem justificar suas
127 devoluções. O Conselho deve deliberar sobre o retorno de recursos para as entidades
128 que não conseguiram executar os valores repassados. **Deliberação** – Delibera-se que os
129 recursos federais serão disponibilizados para as entidades que justificaram a devolução.
130 São elas: CEI Boa Esperança, EPESMEL, Nuselon, Lar Anália Franco, Casa do Caminho, SOS
131 e Soma. Tércia coloca que há uma grande necessidade de gerenciar e remanejar os
132 recursos disponíveis. Esse exercício de acompanhamento deve ser constante. Marcia
133 coloca que a solicitação apresentada pela SMAS quanto à possibilidade de se utilizar
134 recursos do IGD SUAS para pagamento de estagiários. Atualmente são seis estagiários
135 trabalhando na SMAS. **Deliberação** – Delibera-se que se trabalhe o gerenciamento dos
136 fundos neste momento para as realocações necessárias. Aprova-se o pagamento dos
137 estagiários com recurso do IGD SUAS. Passa-se a discutir o FIA Estadual para atender os
138 serviços do CREAS II com vigência até 23 de junho deste ano. Há a necessidade da
139 aquisição de um veículo utilitário no valor de aproximadamente R\$ 74.000,00 para
140 melhor atendimento dos adolescentes, sendo que há aproximadamente R\$ 50.000,00 na
141 conta do convênio. Esse valor deve ser transferido da fonte livre do FMAS para o FMDCA
142 para que se viabilize essa aquisição. **Deliberação** – favorável, aprovada. Marcia faz um
143 alerta sobre estes remanejamentos e que este Conselho deve refletir sobre o
144 acompanhamento do que vem sendo deliberado para gerir estes recursos,
145 especialmente nestas ocasiões, sendo que este Conselho é corresponsável por estas
146 deliberações com o Município. Tércia fala mais uma vez sobre o empenho em não deixar
147 de atender as necessidades da Assistência Social. Fica expresso que isto é claro para este
148 Conselho e o alerta é registrado. **8. Informes** – Luana confirma as datas e locais das

Ata Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS

149 próximas reuniões. Tércia informa que será realizada uma audiência pública sobre
150 orçamento no IAPAR e também para entidades na Cáritas. Gisele informa sobre a Portaria
151 113, e que recebeu a norma técnica nº 9 do Tribunal de Contas sobre migração de saldos
152 das contas bancárias. Tércia sugere que este assunto entre como ponto de pauta na
153 próxima reunião deste Conselho. Gisele também informa que sobre as emendas
154 parlamentares discutidas neste Conselho demandará novas discussões neste Conselho,
155 especialmente quanto a tipificação dos serviços. Gisele deixa claro que não se tem o
156 objetivo de excluir nenhuma entidade, mas, sim, inscrevê-las da forma correta. **9. Outros**
157 – Não houve. Registre-se que a lista de presença é documento integrante desta ata.
158 Sendo o que se tinha a ser discutido, a reunião é encerrada às 12h05min. Sendo o que
159 havia a ser relatado, eu, Eloyr Doin Pacheco, 1º Secretário deste Conselho, redijo a
160 presente ata que será encaminhada para apreciação e aprovação.